



**CENTRO UNIVERSITÁRIO FACULDADE METROPOLITANA DA GRANDE
FORTALEZA
CURSO DE PSICOLOGIA**

SANDY ROCHA DA SILVA

**O POLICIAL MILITAR E AS IMPLICAÇÕES DO SOFRIMENTO PSÍQUICO
NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO: UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE**

FORTALEZA-CE

2020

SANDY ROCHA DA SILVA

**O POLICIAL MILITAR E AS IMPLICAÇÕES DO SOFRIMENTO PSÍQUICO
NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO: UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de bacharel em Psicologia do Centro Universitário FAMETR-UNIFAMETRO, com a orientação da Professora Ms. Aline Gadelha de Almeida Duarte.

FORTALEZA-CE

2020

S586p

Silva, Sandy Rocha da.

O policial militar e as implicações do sofrimento psíquico no exercício da profissão: um exercício de análise. / Sandy Rocha da Silva. – Fortaleza, 2020.

54 f. ; 30 cm.

Monografia – Curso de Psicologia do Centro Universitário Fametro, Fortaleza 2020.

Orientação: Profa. Ma. Aline Gadelha de Almeida Duarte.

1. Sofrimento psíquico. 2. Trabalho - Aspectos psicológicos. 3. Polícia Militar – Violência – Saúde mental. I. Título.

CDD 150

SANDY ROCHA DA SILVA

**O POLICIAL MILITAR E AS IMPLICAÇÕES DO SOFRIMENTO PSÍQUICO
NO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO: UM EXERCÍCIO DE ANÁLISE**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de bacharel em Psicologia do Centro Universitário FAMETR-UNIFAMETRO, com a orientação da Professora Ms. Aline Gadelha de Almeida Duarte.

Aprovado em: 27/06/2020

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. M^a. Aline Gadelha de Almeida Duarte
Orientador – Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza

Prof^a. Dr^a. Maria Zelfa Feitosa
Membro - Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza

Prof^a. Dr^a. Letícia Decimo Flesch
Membro - Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza

AGRADECIMENTO

Uma etapa muito importante em minha vida está sendo concretizada, a conclusão de um sonho que hoje posso dizer que está se realizando. Um ciclo que se encerra com muito esforço e empenho, porém, devo tal êxito às inúmeras pessoas que estiveram presentes nessa jornada acadêmica e que foram de certa forma muito importantes para a realização desse sonho.

Gostaria de agradecer primeiramente a Deus, que durante essa longa jornada de estudos me deu força e esperança para vencer na vida, me mostrando que a cada dia eu posso avançar no interminável caminho da evolução como ser humano.

Agradeço em especial a minha família, aos meus pais Antônio Ernani da Silva e Sandra Azevedo Rocha da Silva e minha irmã Vitória Sanny Rocha da Silva, que não só nesse momento, mas em toda a minha vida estiveram comigo, ao meu lado, fornecendo o apoio, compreensão, estímulo em todos os momentos e por terem investido na minha educação desde o princípio até hoje.

Agradeço a minha mãe e ao meu pai, que me ensinaram a ser uma mulher de força e um ser humano íntegro, com caráter, coragem e dignidade para enfrentar a vida.

Ao meu marido Antônio Cesar Gaspar Azevedo, que compartilhou comigo esse momento, foi um dos meus pilares de força e incentivo nessa jornada. Agradeço por sua força, carinho e atenção comigo.

Agradeço também aqueles que me ajudaram de forma direta e indireta nessa caminhada acadêmica, em especial a minha tia Maria Helena Silva de Oliveira, uma pessoa pela qual criei admiração, apreço e um carinho grandioso e sincero, sendo meu anjo protetor quando muito precisei para realizar esse sonho.

Meu sincero agradecimento também se estende a minha orientadora, a professora Aline Gadelha, pela compreensão e pelo auxílio ao longo da elaboração desse trabalho assim como a todos os demais professores que estiveram comigo ao longo do curso. **MUITO OBRIGADO!**

A vida no que tem de melhor, é um processo que flui, que se altera e onde nada está fixado.

Carl Rogers

RESUMO

A Polícia Militar é uma das instituições responsáveis por garantir o direito à segurança. O Brasil sofre com o crescimento contínuo das diversas formas de violência e nesse contexto se inserem os policiais, sempre expostos ao risco. Os agentes de segurança tornam-se não apenas profissionais expostos a violência como alvos e até causadores dela, elevando significativamente as chances de sofrimento psíquico e adoecimento mental. Há também as deficiências nas condições de trabalho do policial militar, a realidade do militarismo, a relação com a sociedade, bem como uma série de fatores que podem desencadear o sofrimento psíquico nestes militares. Diante do exposto, o presente estudo tem como objetivo geral analisar os principais fatores que podem ocasionar o sofrimento psíquico no policial militar, na execução de suas atividades laborais. Através de um levantamento bibliográfico, pode-se compreender os principais fatores que podem levar ao sofrimento psíquico e categorizá-los ao final da pesquisa. A categorização destes fatores permitiu ilustrar a realidade multifacetada do sofrimento psíquico que atinge diferentes esferas ligadas à profissão militar. Notou-se a importância de estudos sobre o exercício da profissão do PM e suas repercussões, inclusive multidisciplinares, para explorar o assunto. Percebeu-se a precisão da criação de políticas públicas efetivas, constantes e urgentes para o fortalecimento, para a recuperação e prevenção de danos mentais a que se submetem os policiais militares.

Palavras-chave: Polícia Militar. Policial militar. Saúde mental. Sofrimento psíquico. Violência.

ABSTRACT

The Military Police is one of the institutions responsible for guaranteeing the right to security. Brazil suffers from the continuous growth of different forms of violence and in this context, police officers are inserted, always exposed to risk. Security officers become not only professionals exposed to violence but also as targets and even causes of it, significantly increasing the chances of psychological distress and mental illness. There are also deficiencies in the working conditions of the military policeman, the reality of militarism, the relationship with society, as well as a series of factors that can trigger psychological distress in these soldiers. Given the above, the present study aims to raise the main factors that can cause psychological distress in the military police, in the execution of their work activities. Through a bibliographic survey, one can raise the main factors that can lead to psychological distress and categorize them at the end of the research. The categorization of these factors allowed us to illustrate the multifaceted reality of psychological suffering that affects different spheres linked to the military profession. It was noted the importance of work fronts, including multidisciplinary ones, to explore the subject. The precision of creating effective, constant and urgent public policies for strengthening, recovering and preventing mental damage to those subjected by military agents is perceived.

Keywords: Military Police. Military policeman. Mental health. Psychic distress. Violence.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Maiores e menores taxas de homicídio da América do Sul, 2017	15
Figura 1 - Fatores que podem levar ao sofrimento psíquico	22
Figura 2 - Categorização dos fatores associados ao SP	44
Quadro 1 - Processo de pesquisa e filtragem dos artigos	29
Quadro 2 - Processo de seleção	29
Quadro 3 - Catalogação dos artigos selecionados	30
Quadro 4 - Objetivos e tipos de pesquisa dos artigos selecionados	33
Quadro 5 - Visão geral dos artigos	41
Quadro 6 - Fatores que podem levar ao SP	43
Fluxograma 1 - Categorização dos estudos selecionados.....	30

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ASP	Agente de Segurança Pública
CF	Constituição Federal
CV	Comando Vermelho
FPST	Fatores Psicossociais no Trabalho
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MS	Ministério da Saúde
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PCC	Primeiro Comando da Capital
PEPSIC	Periódicos Eletrônicos de Psicologia
PM	Polícia Militar / Policial Militar
SCIELO	<i>Scientific Electronic Library</i> Online
SIM	Sistema de Informações sobre Mortalidade
SP	Sofrimento Psíquico
SSPDS-CE	Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	11
2	A VIOLÊNCIA NO BRASIL	13
3	O TRABALHO DO POLICIAL MILITAR NO BRASIL	17
4	A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E SAÚDE MENTAL DOS PMS.....	20
5	SOFRIMENTO PSÍQUICO DOS PMS	24
6	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	27
6.1	Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa	28
6.2	Estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão.....	28
6.3	Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados	29
6.4	Categorização dos estudos selecionados	30
7	ANÁLISE DE RESULTADOS	32
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
	REFERÊNCIAS	47

1 INTRODUÇÃO

Os Agentes de Segurança Pública são os profissionais que salvaguardam, controlam a movimentação e fiscalizam as pessoas, os bens e o patrimônio. A Polícia Militar (PM), especificamente, são os principais agentes responsáveis por garantir o direito à segurança. Estes agentes possuem dedicação exclusiva e são pautados na hierarquia e disciplina.

No Brasil, a segurança pública sofre com uma realidade que remete ao crescimento contínuo das diversas formas de violência e criminalidade levando a um aumento das demandas e da complexidade das ações da Polícia Militar (SILVA; VIEIRA, 2008 e OLIVEIRA; SANTOS, 2010).

Os policiais estão sempre em atividade, sempre expostos ao risco e estão constantemente em estado de alerta e com a sensação de perigo iminente. Inclusive, o que deveria ser um orgulho de exibir a profissão, hoje, é fundamental omiti-la para não expor a si ou a família ao perigo. Desta forma, os agentes de segurança tornam-se não apenas profissionais expostos a violência como alvos e até agentes causadores, elevando significativamente as chances de sofrimento psíquico e adoecimento mental (SILVA, 2008).

Há também as deficiências nas condições de trabalho do Policial Militar. As condições de trabalho dos policiais no Brasil são desfavoráveis tais como com jornadas de trabalho excessivas e horas extras frequentes, efetivo humano insuficiente, elevado nível de sofrimento mental, exposição a situações de constante estresse e insegurança, instrumentos inadequados, falta de manutenção preventiva em equipamentos como armas, fardas, coletes e viaturas, baixos salários e falta de capacitação (SILVA; VIEIRA, 2008; FERREIRA, 2009; FERREIRA et al., 2012).

O processo de trabalho dos policiais militares no âmbito da segurança pública, é visto, no geral, apenas do ponto de vista técnico, desconsiderando a pessoa do policial (ANDRADE; SOUSA; MYNAIO, 2009), constantemente exposto à violência de natureza física e mental.

A realidade militar por si só traz grande desgaste em virtude da disciplina e hierarquia, com punições, prescrições e restrições que incidem diretamente na execução do trabalho, nas relações que se estabelecem entre os policiais e também, de forma mais ampla, aos princípios que devem pautar a conduta destes, mesmo fora do ambiente de trabalho (SPODE; MERLO, 2006). Desde o tratamento entre os companheiros às

condições de alojamento e alimentação diferenciados pelo posto ou graduação e às sanções disciplinares, podem configurar-se como fatores de sofrimento.

Há também a relação entre polícia e sociedade, onde por muitas vezes os agentes são vistos como agressivos. Visão esta pautada pela atitude de reprimir violência com mais violência. O agente é visto como ineficaz no trabalho de proporcionar a segurança e é visto muitas vezes como um perigo para a população por causar mais violência. E esta relação desgastante com a sociedade também coopera para o sofrimento psíquico.

A realidade enfrentada pelo Policial Militar foi observada durante a experiência da autora de atuar no acompanhamento psicológico dos agentes na Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS-CE), sediada à Av. Bezerra de Menezes, nº 581, no bairro São Gerardo, em Fortaleza. Este foi o Local onde foi realizada a disciplina de Estágio Específico Supervisionado I e Estágio Específico Supervisionado II, do curso de Psicologia do Centro Universitário Faculdade Metropolitana da Grande Fortaleza – UNIFAMETRO, no período de 30 de julho a 14 de dezembro de 2018 e de 28 de janeiro a 16 de junho de 2019, respectivamente. Nesta vivência foi possível perceber a exposição dos agentes de segurança à vulnerabilidade psíquica extrema, devido a inúmeras condições de trabalho e realidade da profissão.

Apesar de tão relevante, pouco se tem produzido a nível científico acerca do estado mental dos policiais militares. Porém, em decorrência da atuação na SSPDS-CE, é que se percebeu a importância de se discutir tal tema, pois não só é evidente a violência como há fortes indícios de sofrimento psíquico em tais profissionais nesse contexto.

Sendo assim o problema que surge é: quais os impactos que o sofrimento psíquico acarreta no PM no exercício de atividades laborais?

E para responder esta problemática o presente estudo tem como objetivo analisar os principais fatores que podem ocasionar o sofrimento psíquico no policial militar, na execução de suas atividades laborais. Para tal objetivo, realizou-se uma pesquisa de revisão bibliográfica integrativa, entre os dias 02 e 13 de abril de 2020, nas bases de dados bibliográficas LILACS, PEPSIC e SCIELO, cujos resultados obtiveram 05 artigos que compuseram este trabalho científico.

A presente monografia é constituída de oito capítulos. O primeiro trata da violência no Brasil; o segundo, do trabalho do policial militar no Brasil; o terceiro, aborda a relação entre trabalho e saúde mental dos PMs; o quarto, discorre sobre o sofrimento psíquico dos PMs; o sexto, apresenta os procedimentos metodológicos; o sétimo, traz a análise de resultados; e encerra-se com as considerações finais no oitavo capítulo.

2 A VIOLÊNCIA NO BRASIL

O Brasil, considerado um país jovem e em desenvolvimento, tem sofrido mudanças em seu cenário demográfico ao longo de sua história, havendo significativo êxodo rural e concentração das pessoas em grandes centros urbanos em busca de oportunidades de trabalho fora do campo. De um país predominantemente agrícola, o Brasil veio sendo transformado, principalmente no período de 1950 a 2010, num país industrializado, com consequente êxodo rural e com a explosão da densidade demográfica nas cidades maiores, o que compromete toda a conformação da sociedade (MENDES, 2007).

O crescimento urbano, muitas vezes exagerado, traz consigo uma série de consequências como a pobreza, a desigualdade social, as drogas e a violência urbana. (MENDES, 2007) Hoje, a violência é percebida por se alastrar pelo Brasil como uma virose descontrolada ocupando esquinas, becos, comunidades e atingindo mulheres, negros, pobres, ricos e toda sorte de pessoa vivente em um país cuja fama internacional é constantemente relacionada à corrupção e violência.

Segundo a Organização Mundial da Saúde – OMS, a violência é o uso intencional da força física ou poder, de forma real ou sob a forma de ameaça, contra uma pessoa, um grupo ou comunidade, que resulta ou tem grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, baixo desenvolvimento ou privação (KRUG et al. 2002).

A violência pode ser percebida por experiências pessoais ou de familiares e amigos, seja por meio das notícias veiculadas nos meios de comunicação e redes sociais, onde os brasileiros acabam por adquirir uma percepção relativamente clara do que ela representa, ainda que não consigam precisar, limitar ou definir claramente o que de fato ela é. Essa multiplicidade advém não só da variedade de fenômenos que a violência urbana pode comportar, mas por constituir-se, ao mesmo tempo, em representação social (SILVA, 2008).

No interior dessa multiplicidade, o termo representação social faz referência a processos macroestruturais que vêm alterando as dinâmicas sociais globais, destacando-se o caráter cada vez mais urbano da composição populacional: pela primeira vez a maioria da população mundial mora em cidades, e essa proporção continua crescendo. Com essa transformação, consequência de um conjunto de mutações socioeconômicas, deslocam-se as pessoas, mas também o lugar e o caráter dos conflitos sociais. As condições de vida nas cidades têm proporcionado uma série de riscos e ameaças,

dificuldades sociais e econômicas, que geralmente comprometem diferencialmente a população, como desemprego, condições de moradia inadequadas, falta de acesso a serviços sociais, e aqueles associados à violência urbana (WHO, 2010).

Quando se fala da violência urbana, normalmente a responsabilidade deste mal é associada as instituições, sobretudo o Estado, que muitas vezes é visto como ineficiente no sentido de promover estrutura, saúde, educação, e emprego para toda a população concentrada nos centros urbanos. O crescimento da violência também é associado ao sistema judiciário, percebido como ineficiente em combater a criminalidade devido à morosidade em responder a tal fenômeno. Além disso, o policiamento ostensivo não só é visto como ineficiente como a sua atuação muitas vezes violenta contribui para o aumento da violência (PERES; RUOTTI, 2015).

Partindo desse contexto, Silva (2004) considera também a percepção vulgar da violência, isto é, pela representação social da população sobre a questão da violência urbana, destacando justamente a recorrência ao recurso da força física como traço característico da marginalidade contemporânea. Ou seja, a própria sociedade que se sente insegura busca resolver seus conflitos com agressão, intimidação, violência física, violência verbal, ameaças e sobreposição do mais forte sobre o mais fraco. Nota-se, por exemplo, conflitos armados nas comunidades, na busca por domínio territorial para o tráfico.

Em termos simples, Machado Silva (2004) evidencia que não apenas as instituições são responsáveis pela crescente violência, mas também o uso da violência para combatê-la por parte da sociedade, inclusive daqueles que deveriam impugná-la, como é o caso dos policiais.

A violência, no mundo de hoje, parece tão introjetada em nosso dia a dia que pensar e agir em função dela deixou de ser um ato circunstancial, para se transformar numa forma do modo de ver e de viver o mundo do homem. Especialmente do homem que vive nos grandes aglomerados humanos, onde há maior concentração de todos os tipos de violência (ODALIA, 1985).

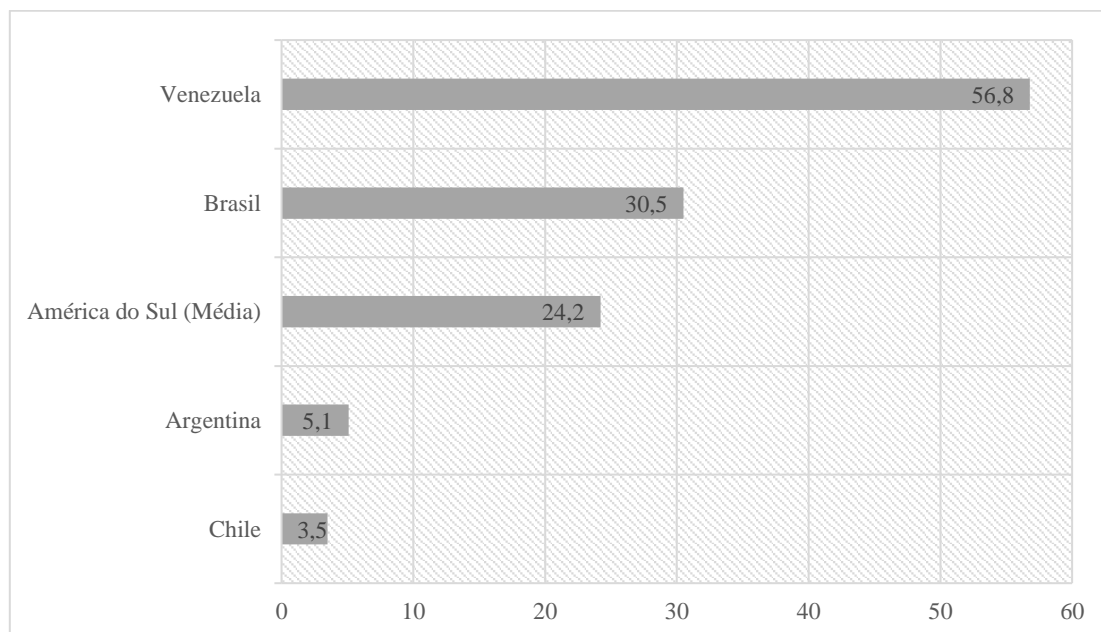
A violência urbana produz não só vítimas fatais e não fatais, mas medo e desconfiança social, com efeitos não menos perversos ao estimular a demanda e o apoio a resoluções igualmente violentas (PERES; RUOTTI, 2015).

No conjunto dos efeitos diretos da violência, o número de homicídios é considerado indicador universal e utilizado como parâmetro de mensuração e de comparação entre regiões ou países, sendo atualmente o principal responsável pelos

elevados índices de mortalidade relacionados à violência na população mundial (UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME – UNODC, 2011).

O homicídio é um significativo indicador da criminalidade urbana e, conseqüentemente, da violência, por se tratar de uma ação extrema, de um dano irreparável e por causar a maior sensação de insegurança. Segundo os dados oficiais do Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), em 2017 houve 65.602 homicídios no Brasil, o que equivale a uma taxa de aproximadamente 31,6 mortes para cada 100 mil habitantes. Trata-se do maior nível histórico de letalidade violenta intencional no país, que corresponde a 30 vezes a taxa da Europa (IPEA, 2019). A ONU considera que países com taxas superiores a 10 homicídios por grupo de 100 mil habitantes experimentam taxas endêmicas de homicídios. (CERQUEIRA, 2018). Tal classificação justifica a percepção de que a violência está por toda a parte e não só é substancialmente elevada, como é a segunda maior taxa de homicídios da América do Sul, perdendo apenas para a Venezuela, conforme demonstra o Gráfico 1 a seguir.

Gráfico 1 - Maiores e menores taxas de homicídio da América do Sul, 2017



Fonte: Adaptado de Global Study on Homicide (UNODC, 2019).

As taxas de homicídio, porém, são bastante diferenciadas de região para região entre 2007 e 2017, no Brasil. Nos últimos anos, enquanto houve uma residual diminuição nas regiões Sudeste e Centro-Oeste, observou-se certa estabilidade do índice na região Sul e crescimento acentuado no Norte e no Nordeste (IPEA, 2019).

O crescimento da violência nas regiões Norte e Nordeste, nos últimos dois anos, pode estar associado à guerra de facções criminosas, deflagrada entre junho e julho de 2016 (MANSO; DIAS, 2018), entre os dois maiores grupos de narcotraficantes do país, o Primeiro Comando da Capital (PCC), o Comando Vermelho (CV) e seus aliados regionais – principalmente as facções denominadas como Família do Norte, Guardiões do Estado, Okaida, Estados Unidos e Sindicato do Crime.

Além dos homicídios, é importante considerar a violência urbana e a forma de enfrentá-la pelas instituições de segurança pública. O Brasil registrou mais homicídios em cinco anos do que o número de mortos na Guerra na Síria. Entre janeiro de 2011 e dezembro de 2015 foram 279.567 pessoas assassinadas no país, comparadas às 256.124 mortes na Síria, de março de 2011 a novembro de 2015. A lógica da atuação policial é como se estivessem em uma guerra civil no combate às drogas e à criminalidade. Às polícias cabe a difícil missão de prevenir os crimes e as infrações, investigar os delitos e proteger a sociedade. No entanto, elas estão encurraladas entre a crescente violência de grupos organizados e bem equipados e suas precárias condições de trabalho para fazê-las frente (SOUZA; MINAYO, 2017).

Deste modo, não há como falar de saúde mental e sofrimento sem levar em consideração a realidade violenta do Brasil. Especialmente para aqueles que não apenas sentem a violência, mas que também são responsáveis por combatê-la diretamente e até causá-la. Tema sempre em vogue, a realidade do Agente de Segurança Pública (ASP) levanta uma série de questões, visto que são os profissionais imprescindíveis neste cenário equivalente a uma guerra.

Falar sobre o Agente de Segurança Pública no Brasil, mais especificamente da Polícia Militar, não se trata apenas de falar de um militar comum, que, em outros países, atua gerenciando tráfego, dando informações e mantendo a tranquilidade e ordem já existente.

Por causa da violência, escolher ser um PM, no Brasil, é sinônimo de escolher colocar a vida em risco. É saber que estará em contato direto com o perigo, combatendo, minimizando e principalmente se protegendo do crime. A realidade do PM brasileiro é a de deixar a família em casa para trabalhar e não saber se voltará.

3 O TRABALHO DO POLICIAL MILITAR NO BRASIL

A segurança pública tem sido objeto de discussão nas mais diversas esferas do domínio público brasileiro devido a sua importância no contexto de elevada violência. Por conseguinte, há notória preocupação com a atuação dos agentes de segurança pública, seja no âmbito da prevenção e repressão de crimes, ou ainda, pelos desdobramentos que suas ações podem provocar.

O art. 144 da Constituição Federal de 1988 afirma que a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: Polícia federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícia Ferroviária Federal; IV - Polícias Civis; Polícias Militares e Corpos de Bombeiros Militares.

Na busca pelo cumprimento da missão constitucional de preservar a ordem pública, a segurança das pessoas e do patrimônio, destaca-se a atuação da Polícia Militar cuja missão é executada por meio de policiamento ostensivo, com a prisão de sujeitos que transgredem as leis, através das orientações e advertências aos cidadãos, bem como, por meio da atuação nos mais diversos tipos de ocorrência (SILVA, 2018).

As relações entre os policiais são norteadas pela hierarquia e pelo regime disciplinar. Entende-se por hierarquia a ordenação da autoridade, que configura uma pirâmide com afunilamento na medida que atinge os postos mais elevados compostos pelos oficiais e praças especiais de polícia e a base desta pirâmide sendo constituída pelos praças de polícia (PIVA, 2005). O policial está sujeito a sanções disciplinares, aplicadas proporcionalmente à gravidade e natureza da infração. As sanções disciplinares vão desde advertência à detenção e expulsão. Deste modo, a hierarquia e disciplina imprimem um ambiente de trabalho bastante rígido.

A Polícia Militar ocupa uma posição intermediária entre o poder executivo do Estado e as diversas estratificações da população em geral. Desta posição surge uma complexa rede de problemas, que podem ser divididos em dois grupos: os internos, ou institucionais, relacionados à estrutura, comando e administração; e externos, relacionados à relação do policial com a sociedade, na sua atuação ostensiva (SILVA, 2009).

Toda a rede de problema está associada ao trabalho do Policial Militar e, portanto, é imprescindível entender o conceito de trabalho para construir o entendimento do trabalho do PM, seus desdobramentos e suas consequências.

Hanna Arendt (2001) denomina trabalho como uma atividade vinculada à sobrevivência imediata e que se perpetua na repetição dos gestos e do que ela produz; uma atividade na qual o trabalhador não domina o processo e não detém o produto, sendo servo e não senhor da matéria que trabalha.

O trabalho também abrange as relações laborais, a satisfação pessoal, o sentimento de utilidade e produtividade, à realização profissional, entre outras questões subjetivas. O trabalho é primordial para a construção da identidade do indivíduo, para a saúde, as realizações, as relações interpessoais e sociais (MENDES; FERREIRA, 2007). Isso porque o indivíduo não constrói sua identidade por si mesmo, mas por meio do olhar do outro (CHANLAT, 2011). E é nesse ponto que se percebe a importância do reconhecimento do trabalho para a satisfação pessoal.

O local de trabalho ocupa um papel importante na vida das pessoas como fonte de garantia da reprodução social, e a falta ou ameaça de perda deste promove sofrimento. Condições favoráveis nos ambientes de trabalho referentes ao uso das habilidades dos trabalhadores e ao controle do trabalho por eles têm sido identificadas como importantes requisitos para que o trabalho seja fonte de prazer, bem-estar e saúde. (DELCOR et al., 2004).

Por outro lado, o trabalho desprovido de motivação, sem suporte social, não reconhecido, com más condições e sem possibilidade de comunicação espontânea, pode ser fonte de sofrimento mental (Brasil, 2001).

O trabalho do policial é considerado um dos que geram mais desgaste, de acordo com a literatura em geral (SOUZA; MINAYO, 2005). A pressão vivenciada no trabalho do policial conseqüentemente evidencia rebaixamento de desempenho no trabalho prestado a população, gerando fatores como o mau humor e insensibilidade (PORTELA; BUGHAY FILHO, 2007).

De acordo com a Organização Internacional do Trabalho (OIT) a atividade laboral do policial é a segunda profissão mais perigosa e estressante do mundo, razão pela qual incidem os adicionais de periculosidade e insalubridade ao mesmo tempo, tendo uma jornada de trabalho de 12 horas de trabalho para 36 horas de descanso (CARVALHO, 2013).

Para Santos (2007), não há uma possibilidade de desligamento total por parte dos funcionários que trabalham nessas instituições em razão do ambiente de trabalho penoso, perigoso e insalubre. Quando se fala na impossibilidade de desligamento total, implica-se que além da realidade perigosa e das condições de trabalho, o policial não deixa de

trabalhar quando tira a farda, no sentido de que mesmo fora de seu expediente não deixa de ser policial, não deixa de correr risco, nem de estar sobre constante alerta.

Mesmo com todas as características e dificuldades da profissão de PM, que deveriam inibir o interesse por esta atividade tão perigosa, percebe-se uma elevada busca pelos concursos militares, como demonstram as notícias acerca do considerável número de inscrições nestes concursos públicos. Por esta razão é importante entender o perfil desses agentes e quais as motivações que os levam a ingressar na segunda profissão mais perigosa do mundo. Certamente há aqueles entusiasmados com o ideal de profissão policial, assim como aqueles que se identificam com o trabalho realizado na atividade policial.

Há aqueles que, em busca de melhores condições de vida, visualizam o cargo de Agente de Segurança como uma forma de conseguir estabilidade financeira. (SOUZA et al., 2015). Existem também os que ingressam como algo temporário para se alcançar uma profissão melhor e ainda há os que buscam as prerrogativas, status e poder.

Machado e Rocha (2015) afirmam que, de modo geral, ao ingressarem na carreira policial os indivíduos são atraídos por determinadas características, tais como o status derivado da profissão, a possibilidade de ascensão profissional, a estabilidade do concurso público, além de suas motivações pessoais e subjetivas.

4 A RELAÇÃO ENTRE TRABALHO E SAÚDE MENTAL DOS PMS

A Constituição da Organização Mundial da Saúde (OMS, 2002), afirma que a saúde é um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não somente ausência de doenças ou enfermidades. Com o desenvolvimento da ciência, especialmente no campo da biologia e do comportamento, aumentou-se o interesse e as formas de compreender o funcionamento mental e a profunda relação entre saúde mental, física e social. Sabe-se hoje que a maioria das enfermidades é influenciada por uma combinação de fatores físicos, psíquicos e sociais e a separação artificial dos fatores psicológicos e sociais tem constituído um grande obstáculo à verdadeira compreensão dos transtornos mentais. (GUIMARÃES; GRUBITS, 2004).

Segundo a Organização Mundial de Saúde, a saúde mental é um estado de bem-estar no qual o indivíduo exprime as suas capacidades, enfrenta os estressores comuns da vida, trabalha produtivamente e contribui para a sua comunidade (WHO, 2001). A saúde mental é parte integral da saúde, é mais do que a ausência de doença, e está intimamente ligada com a saúde física e com o comportamento (HERRMAN et al., 2004).

Saúde mental é um termo utilizado para descrever o nível de qualidade de vida cognitiva ou emocional, e que diferenças culturais, julgamentos subjetivos e teorias relacionadas concorrentes podem afetar o modo como ela é definida, estando, portanto, relacionada a um conceito mais amplo que a simples ausência de transtornos mentais (OMS, 2002). Abrange desde a esfera social em que o indivíduo está inserido, até a fase de desenvolvimento em que se encontra (VELOZO; SOUZA, 2013).

Nesta realidade de saúde mental surge a preocupação com o bem-estar no ambiente de trabalho. O bem-estar no trabalho é um elemento fundamental para se viver bem, pois, em geral, as pessoas costumam passar grande parte de suas vidas dedicando-se ao trabalho (ACCARDO, 2013, p. 35). Além disso, os profissionais com algumas necessidades satisfeitas (higiene, alimentação, ergonomia, segurança, reconhecimento etc.) em seus locais de trabalho tendem a apresentar uma maior produtividade de trabalho (SONNENTAG, 2002).

Do mesmo modo que se tem estudado a produtividade associada ao bem-estar no trabalho, tem-se, por outro lado, a crescente preocupação com a relação entre sofrimento mental e o trabalho. As causas e consequências desta relação tem se tornado objeto de estudo em virtude das altas incidências de sofrimento mental, trazendo prejuízo ao desempenho profissional e além do dano pessoal ao profissional.

A psicopatologia do trabalho está dedicada à análise, à superação e, eventualmente, ao tratamento das doenças mentais. A psicodinâmica do trabalho aborda não apenas o sofrimento, mas também o prazer no trabalho; não mais somente o homem, mas o trabalho; não mais apenas a organização do trabalho, mas as situações de trabalho em sua dinâmica interna (LANCMAN; SZNELWAR, 2004).

Existem diversas formas de sofrimento no trabalho: medo do acidente, angústia de não ser capaz de seguir os ritmos ou os limites de tempo impostos, sofrimento proveniente da repetição contínua e do aborrecimento, medo das agressões provenientes dos usuários ou dos clientes, receio da dominação e da autoridade exercida pela hierarquia, medo da demissão, entre outros (LANCMAN; SZNELWAR, 2004).

Estas relações entre trabalho e sofrimento mental são claramente percebidas em ambientes que lidam com constante desgaste, tensão e risco, além de condições de trabalho dos PMs no Brasil. As condições de trabalho dos policiais apresentadas, associadas a um ambiente de trabalho altamente estressante com grande exposição a situações que acarretam riscos à saúde e à vida estão relacionadas a aumento do adoecimento e a impactos negativos no desempenho profissional dos policiais militares (MINAYO et al., 2011).

Esses fatores podem influenciar negativamente a qualidade de vida dos policiais, causando declínio progressivo da saúde e interferindo nas relações pessoais, laborais e sociais (TEIXEIRA et al., 2015).

Ferreira et al. (2012) identificaram maior risco de sofrimento psíquico e de doenças em policiais militares que trabalham em atividades de alta exigência, elevada jornada de trabalho e com ausência de folgas semanais. Esses são considerados fatores psicossociais e resultam da interação entre ambiente e condições organizacionais de trabalho, funções e conteúdo laboral, esforços e características individuais e familiares dos trabalhadores (FISCHER, 2012).

Os fatores psicossociais no trabalho (FPST) dizem respeito à interação dinâmica entre ambiente de trabalho e fatores humanos que podem influenciar a saúde, o desempenho e a satisfação no trabalho. Uma interação negativa, com demandas incompatíveis com os recursos do trabalhador, pode ser fonte de estresse, desencadeando respostas físicas e emocionais prejudiciais, levando a alterações neuro-hormonais e bioquímicas, problemas comportamentais, distúrbios emocionais e doença física (MARTINEZ; FISCHER, 2019).

Os FPST possuem natureza complexa e podem levar a absenteísmo, afastamento por incapacidades temporárias ou permanentes, aposentadoria e envelhecimento precoce, influenciando negativamente a capacidade para o trabalho (MINAYO et al., 2011; TEIXEIRA et al., 2015).

Uma das características do agente de segurança pública é a sua visibilidade pela sociedade, dada a sua atuação ostensiva. O fato de estarem em constante contato com a sociedade cria um senso de desvalorização da atuação policial, falta de reconhecimento e depreciação da profissão. A atuação da polícia é criticada pelo fato de não ser capaz de efetivamente combater a violência. Além disso, a atuação muitas vezes truculenta do PM no policiamento ostensivo, o preconceito e a corrupção de alguns militares é também motivo de constantes críticas por parte das pessoas, vítimas das ações indevidas deste perfil de policial. Sendo assim, há uma relação de tensão entre PM e comunidade.

Além de trabalhando sob desgaste contínuo, o ASP, apesar de não estar encarcerado, por trabalhar com presos, também sente os efeitos da privação da liberdade (SOUZA et al., 2015).

Em suma, a profissão de Policial Militar no Brasil expõe o agente a inúmeros fatores que, associados à violência brasileira o tornam mentalmente vulneráveis e alvos de sofrimento psíquico. A Figura 1 a seguir apresentam o oposto do que deveria ser as condições mínimas para um ambiente de trabalho adequado. Nesta figura foram enumerados os principais fatores problemáticos predominantes na profissão de PM e que podem levar ao sofrimento psíquico.

Figura 1 - Fatores que podem levar ao sofrimento psíquico



Fonte: Elaborado pelo autor

A violenta, arriscada e traumática realidade de trabalho dos policiais demanda significativa estrutura e suporte de trabalho, porém, se percebe que a estrutura de trabalho

do policial no Brasil é marcada por notórias deficiências, tal como exposto da Figura 1. A existência de equipamentos sucateados, cargas de trabalhos excedentes, remuneração não satisfatória, suporte psicológico inexistente ou ineficaz e a própria realidade militar de hierarquia e disciplina são exatamente o oposto daquilo que seria o mínimo necessário para amenizar os danos da profissão e do que seriam as condições mínimas de trabalho. A exposição a estes fatores supracitados acaba por expor o Policial Militar ao sofrimento psíquico.

5 SOFRIMENTO PSÍQUICO DOS PMS

É sabido que o trabalho é importante para o homem não apenas para seu sustento, mas para suas realizações e até mesmo identificação individual nas relações interpessoais e sociais de modo que o ambiente de trabalho é o cenário para se desenvolver prazer ou sofrimento, a depender das condições laborais.

O trabalho constitui a constante dialética entre o prazer e o sofrimento, onde sempre há um se sobressaindo ao outro. O conceito de prazer é inerente à compreensão de valorização do trabalho frente a organização e a sociedade, por parte do sujeito (INÁCIO; ADAILMA; ISADORA, 2018). Segundo Rocha (2003), o sofrimento está ligado a duas formas de sintomas: primeiro a insatisfação que gera resultados ruins na produtividade do trabalho e conseqüentemente um sentimento de inutilidade; segundo é a ansiedade, resultado de uma tensão nervosa, que pode causar alterações tanto psíquicas como psicoafetivas.

O sofrimento psíquico, de acordo com a psicanálise, pode se manifestar através dos sintomas, angústias, inibições, constituindo-se, assim, em uma experiência subjetiva, visto que cada indivíduo, vivencia um mesmo evento de maneiras distintas (SILVEIRA; FEITOSA; PALACIO, 2014).

Dessa forma, o sofrimento psíquico pode ser entendido como um conjunto de fatores psicológicos atrelados a sentimentos desagradáveis ou emoções que afetam o nível de funcionamento do sujeito, fugindo de seu domínio pessoal e ocasionando sofrimento a este (NICOLAU, 2009).

Ao ingressarem na carreira policial, em virtude do próprio processo seletivo bastante criterioso, a maioria dos indivíduos estão saudáveis fisicamente e mentalmente, e motivados, pelos argumentos já citados. Porém, após esse ingresso, com o passar do tempo esses indivíduos começam a perceber os efeitos negativos decorrentes de sua profissão como: a falta de reconhecimento, as perdas dos colegas, a percepção de risco real, bem como o sofrimento psíquico decorrente de suas atividades profissionais versus as motivações e ideias que o levaram ao ingresso na carreira militar (MACHADO; ROCHA, 2015).

O Policial Militar tem como missão promover o bem-estar e cuidar da segurança da população e na sua maioria fazem porque amam e tem prazer no trabalho. Exercem realmente por vocação. Mas, precisam encontrar o equilíbrio para conseguirem manter

sua mente e corpo saudáveis. Esse profissional vive em dois polos constantemente: ser herói e vilão; ter expectativas versus suas limitações (SILVA, 2009).

Existe ainda, o fato de que “ser policial” está intimamente vinculado ao mito de que o policial militar tem por obrigação resolver todos os conflitos, sem que seja permitido a estes falhas e erros, fazendo com que esses profissionais tendam a assumir para si, uma postura tão rígida quanto à instituição na qual atuam, apresentando dificuldades em assumir outras identidades sociais, tais quais a de marido, filho, pai e/ou amigo (SILVA, 2018).

Pinto (2000) afirma que em nenhuma outra profissão o trabalhador se dedica mais no seu fazer que o Policial Militar, já que ele precisa estar inteiramente disponível para seu trabalho. Pensando nessa situação o policial precisa estar sempre alerta, pois a qualquer momento pode ser chamado e conseqüentemente pode gerar uma tensão psicológica, não só pelo fato de precisar estar em constante alerta, mas também pelo fato de que geralmente seus horários dificilmente coincidem com os horários de seus familiares e amigos.

Diversas opiniões são formadas, às vezes positivas, quando remetem à figura de autoridade e respeito, às vezes negativas, quando associado às ações violentas e ao poder abusivo. No Brasil, exatos 51% consideram a situação da segurança pública como ruim ou péssima (BRASIL, 2011). E essa constante desvalorização e crítica negativa certamente impactam no sofrimento psíquico dos agentes de segurança pública. Toda essa realidade, permeada por constante tensão, pressão e cobrança, enfrentada diariamente pelos policiais militares, encontra-se intimamente relacionada com o desenvolvimento do sofrimento psíquico desses profissionais (NICOLAU, 2009).

As atividades desempenhadas pelos agentes somadas às péssimas condições oferecidas e o desrespeito e descaso da sociedade exercem influência não somente na saúde física, mas também no sofrimento psíquico dos agentes (BONEZ; MORO; SEHNEM, 2013).

Os fatores como exposição continuada às intempéries, horários prolongados de trabalho, baixos salários, inflexibilidade de escalas, conflitos diários com a população, contato direto com violência e crimes além de permanente risco de vida ocasionam altos índices de absenteísmo, e sofrimento psíquico (SARTORI, 2006).

O estudo de Souza e Minayo (2005) aborda que a sobrecarga física e emocional vivenciada pelos policiais militares ocorre devido ao aumento da violência, exigindo assim políticas mais eficazes de segurança pública. Além disso, as precárias condições,

como aquelas citadas na Figura 1, afetam no desempenho desses profissionais, que, além de lidarem com pressões da sociedade por um policiamento eficiente, afetam sua saúde, gerando desgaste, insatisfação e provocando sofrimento psíquico.

Rajaratnam (et al., 2011) apresenta um estudo que afirma que as atividades de policiamento estão associadas a distúrbios do sono, incorrendo em condução perigosa de veículos, sentimentos de raiva descontrolada, erros administrativos, violação da segurança atribuída à fadiga e ao absenteísmo. E a exposição crônica à tragédia humana pode colocar os policiais em risco, especialmente aos transtornos de saúde mental, além de um potencial risco para abuso de álcool ou drogas (AUSTIN-KETCH et al., 2012).

Entende-se, portanto, que o policial militar experimenta diversos momentos complexos durante sua vivência profissional, o que exige de si, resiliência e boa capacidade de adaptação para que possa vir a lidar e superar os possíveis efeitos decorrentes das diversas situações vivenciadas no seu cotidiano (SILVA, 2018).

O policial precisa de qualidade de vida associada à saúde e atividade física para conseguir atingir a satisfação com a profissão, refletindo assim em bom desempenho diário. Além disso necessita gozar de uma boa capacidade de trabalho que consiste na aptidão física e emocional adequada, ou seja, que suas atribuições correspondam ao que lhe é exigido, uma vez que seu trabalho incide nas dimensões física, psíquica e cognitiva (LEAL; BORTOLI, 2012).

6 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Em posse da análise e do entendimento teórico, realizou-se a pesquisa, a fim de alcançar os objetivos propostos. Pesquisar significa, de forma bem simples, procurar respostas. A pesquisa é uma atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados para indagações propostas (MINAYO, 1993).

A pesquisa tem um caráter pragmático e é um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos (GIL, 1999).

Neste sentido, desenvolveu-se uma pesquisa científica básica, quanto à sua natureza. A pesquisa básica objetiva gerar conhecimentos novos que sejam úteis para o avanço da ciência sem aplicação prática prevista, envolvendo verdades e interesses universais (SILVA; MENEZES, 2001).

No que tange à abordagem, tratou-se de uma investigação qualitativa descritiva. A abordagem qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. Esta não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas de forma prioritária. O ambiente natural é a fonte direta para coleta de dados e o pesquisador é o instrumento-chave (PRODANOV; FREITAS, 2013). Segundo Silveira e Córdova (2009) esta pesquisa não se atenta a representatividade numérica, mas sim, se dedica ao aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização.

A pesquisa pode ser classificada como exploratória visto que tal tipo de pesquisa visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito, envolvendo levantamento bibliográfico (GIL, 2007). Esta escolha por sua vez se justifica porque o método abordado permite a compreensão de determinados autores a respeito o tema exposto. De acordo com Gil (2007) a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, pretendendo torná-lo mais explícito.

Do ponto de vista dos procedimentos técnicos, considera-se a atual pesquisa como bibliográfica, porquanto se trata de estudos e obras acadêmicas já publicadas. A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e

publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos e material disponibilizado na internet (FONSECA, 1997).

Em suma, trata-se de uma pesquisa básica qualitativa de cunho bibliográfico do tipo revisão de literatura, tendo por objetivo analisar os principais fatores que podem ocasionar o sofrimento psíquico no policial militar, na execução de suas atividades laborais.

De modo a definir o processo de realização da pesquisa, Botelho, Cunha e Macedo (2011) afirmam que o levantamento bibliográfico é dividido em seis etapas, que são: I. identificação do tema e seleção da questão de pesquisa; II. estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão; III. identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados; IV. categorização dos estudos selecionados; V. análise e interpretação dos resultados; e VI. apresentação da revisão/síntese do conhecimento.

6.1 Identificação do tema e seleção da questão de pesquisa

A principal motivação que levou à abordagem do assunto diz respeito a toda a experiência vivida e percebida após atuar no acompanhamento psicológico dos agentes na Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará.

Por conseguinte, através do diálogo com o orientador suscitou-se a ambição de pesquisa acerca do sofrimento psíquico enfrentado pelos PMs no Brasil, no intuito de fomentar a discussão acerca deste fenômeno por meio da análise dos principais fatores de sofrimento vivido pelos PMs.

6.2 Estabelecimento dos critérios de inclusão e exclusão

Como critérios de inclusão foram utilizados trabalhos acadêmicos com recorte temporal dos últimos 20 anos, datados de 1999 a 2019, em virtude da atualidade das pesquisas e por causa do escasso material coletado acerca desse assunto. Foram também critérios de inclusão artigos escritos em língua portuguesa, no Brasil, da área de psicologia e que abordassem a temática de sofrimento psíquico do Policial Militar associado ao trabalho. Já quanto aos critérios de exclusão representam todos aqueles que não foram considerados como critérios inclusivos.

A coleta de dados foi realizada entre os dias 02 e 25 de abril de 2020, quando utilizou-se, para a pesquisa, as bases de dados bibliográficas LILACS (Literatura Latino-

Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), PEPSIC (Periódicos Eletrônicos de Psicologia) e SCIELO (*Scientific Electronic Library Online*), buscando-se, tanto como descritores como palavras-chave, os termos: Policial Militar, Polícia Militar e Sofrimento Psíquico, sendo os dois primeiros termos aplicados em uma pesquisa inicial e o terceiro, aplicado numa filtragem em seguida, como sintetizado no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Processo de pesquisa e filtragem dos artigos

ETAPAS DO PROCESSO	LILACS	PEPSIC	SCIELO	TOTAL
Pesquisa Inicial	10	4	13	27
Filtragem por “Sofrimento Psíquico”	3	2	2	7

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme observado no Quadro 1, as pesquisas iniciais pelos descritores e palavras-chave, com os filtros de inclusão, retornaram uma totalidade de 27 artigos. Após a filtragem pelo assunto de sofrimento psíquico dos PMs, havia um total de 7 artigos contemplados, sendo estes submetidos ao processo de seleção final.

6.3 Identificação dos estudos pré-selecionados e selecionados

Sabendo-se que os 07 artigos pré-selecionados tratavam acerca do sofrimento psíquico dos PMs, restou verificar, como último critério, se este sofrimento estava relacionado ao exercício da função.

Desta forma, fez-se a leitura do resumo, das palavras-chaves e do corpo do trabalho a fim de analisar o conteúdo dos 07 artigos que apresentassem, em seu conteúdo, o sofrimento psíquico dos PMs associado ao trabalho. Conforme apresentado no Quadro 2 a seguir, após a leitura, foram excluídos dois artigos que não discorriam sobre a relação do exercício da função do PM com o sofrimento psíquico, mas que tratavam de temas específicos e não relevantes à pesquisa. Por esta razão, foram selecionados 05 (cinco) artigos para compor a análise subsequente.

Quadro 2 - Processo de seleção

ETAPAS DO PROCESSO	LILACS	PEPSIC	SCIELO	TOTAL
Artigos pré-selecionados	3	2	2	7
Seleção após análise de conteúdo	2	2	1	5

Fonte: Elaborado pelo autor

Os artigos selecionados estão catalogados no Quadro 3 abaixo, em ordem cronológica de publicação.

Quadro 3 - Catalogação dos artigos selecionados

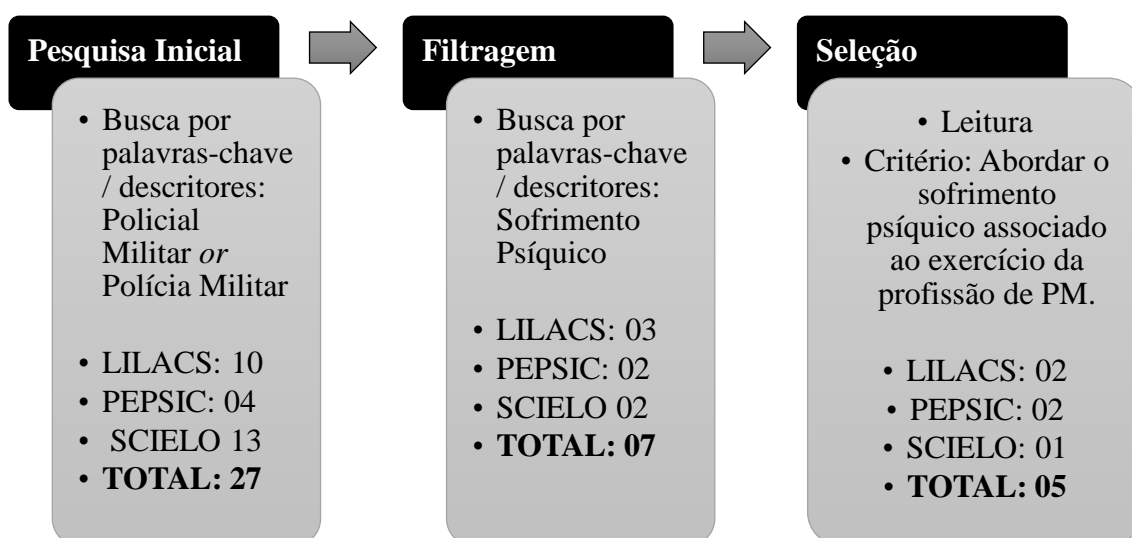
Nº	Título	Autor(es)	Ano	Periódico
01	De elemento a cidadão: transformações no cotidiano do trabalho do policial militar	MOREIRA, F. H. et al.	1999	Cadernos de Psicologia Social do Trabalho
02	Trabalho Policial e Saúde Mental: Uma Pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar	SPODE, C. B.; MERLO, A. R. C.	2006	Revista Psicologia: Reflexão e Crítica
03	O Processo de Trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental	SILVA, M. B.; VIEIRA, S. B.	2008	Revista Saúde Soc. São Paulo
04	Produção de sentidos e fazeres sobre o trabalho de policiais militares catarinenses: um relato de experiência	BABOLIM, D. A.; BECKER, A. P. S.; GUISO, L.	2019	Boletim Academia Paulista de Psicologia
05	Saúde mental do policial brasileiro: tendências teórico metodológicas	CASTRO, M. C.; ROCHA, R.; CRUZ, R.	2019	Revista Psicologia, Saúde & Doenças

Fonte: Elaborado pelo autor

6.4 Categorização dos estudos selecionados

A categorização dos artigos selecionados se deu conforme o Fluxograma 1.

Fluxograma 1 - Categorização dos estudos selecionados



Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme apresentado no Fluxograma 1, inicialmente realizou-se a pesquisa pelos descritores e palavras-chave “Policial Militar” e “Polícia Militar”, selecionando a opção “*or*”, nos bancos de dados, a fim de que a busca retornasse textos com um dos dois termos. Além disso, a pesquisa foi limitada aos filtros – correspondentes aos critérios de inclusão – de recorte temporal dos últimos 20 anos, da língua portuguesa, da nacionalidade brasileira, somente artigos científicos e na área de psicologia. Desta forma, a pesquisa inicial retornou 27 artigos, sendo 10 do LILACS, 04 do PEPSIC e 13 do SCIELO.

A partir dos resultados da pesquisa inicial, realizou-se a filtragem dos 27 artigos sobre o tema sofrimento psíquico, utilizando-se dos descritores e palavras-chave “Sofrimento Psíquico”. O resultado exibiu 07 artigos que tratavam do tema.

A última etapa correspondeu à seleção, que se deu através da leitura na íntegra dos resumos, palavras-chave, considerações finais e conclusões dos artigos, além de leitura instrumental das demais partes dos trabalhos filtrados. Através desta leitura, foram selecionados 05 (cinco) artigos que versavam de forma relevante acerca do policial militar e o sofrimento psíquico relacionado à profissão no Brasil para compor a análise desta monografia.

Em se tratando das etapas do processo de realização do levantamento bibliográfico definidas por Botelho, Cunha e Macedo (2011), a etapa V, que corresponde à “análise e interpretação dos resultados”, será apresentada no Capítulo 7, ou seja, na Análise de Resultados desta monografia. Do mesmo modo, a etapa VI do processo de realização da pesquisa, que diz respeito à “apresentação da revisão/síntese do conhecimento”, será discutida no Capítulo 8 desta monografia, ou seja, nas Considerações Finais, logo após a análise, respeitando assim, a ordem das etapas definidas pelos autores.

7 ANÁLISE DE RESULTADOS

Haja vista a crescente criminalidade, com taxas endêmicas de homicídio, em um país cuja importante forma de combate à violência e ao crime organizado é o policiamento ostensivo, por meio da Polícia Militar, esperava-se que houvesse tantas pesquisas quanto é corriqueiro problemas associados à vulnerabilidade psíquica do PM no exercício de sua profissão. Porém, a despeito da importância e complexidade do assunto, pouco se tem publicado em termos de artigos acadêmicos.

Quando realizada a pesquisa, o fato de haver apenas 27 artigos sobre policiais militares já demonstra quão cerceado é o campo sobre estes profissionais. E esta realidade se agrava quando se trata de temas da psicologia, mais especificamente sua saúde mental. Dos 27 artigos, 26% (07 artigos) eram da área de psicologia e 18% (05 artigos) tratavam do sofrimento psíquico (SP) enfrentado por estes profissionais. Tal realidade evidencia o contraste entre a relevância do assunto e o quanto que se tem dado importância a ele. Cabe salientar que o recorte temporal da pesquisa foi de 20 anos devido à escassez de conteúdo, onde, nos últimos 10 anos, por exemplo, somente 02 artigos tratavam da temática desta monografia.

Posto aqui, o primeiro ponto a ser observado é a necessidade de haver maiores esforços científicos a fim de acompanhar os fenômenos ligados aos desdobramentos psicológicos em virtude do trabalho do PM.

A pesquisa permitiu também observar que, conforme o Quadro 3, apresentado anteriormente, as publicações exibem um intervalo médio de 04 anos. Isso implica dizer que, em média, a cada 04 anos é publicado um artigo sobre o tema em questão.

Em se tratando do conteúdo dos trabalhos, o Quadro 4 a seguir permite verificar que todas as produções possuem abordagem qualitativa, implicando dizer que é unânime a percepção da indissociabilidade do PM ao ambiente em que se insere, ou seja, que a compreensão do sofrimento psíquico do PM é atravessada pelo entendimento das especificidades de sua profissão, sendo estas características dos estudos qualitativos. Em contrapartida, não há um estudo generalista e/ou estatístico que possa representar, de maneira abrangente, a realidade da maioria dos PMs no Brasil (PRODANOV; FREITAS, 2013).

Ainda neste contexto de indissociabilidade do PM ao ambiente, os trabalhos selecionados apresentam a questão da saúde mental no exercício laboral associada a

questões diversas, isto é, os fatores associados ao trabalho que levam ao sofrimento psíquico.

Quadro 4 - Objetivos e tipos de pesquisa dos artigos selecionados

Nº	Título	Objetivo	Tipo de Pesquisa
01	De elemento a cidadão: transformações no cotidiano do trabalho do policial militar	Compreender os efeitos do trabalho do policial militar na saúde do trabalhador, bem como observar como se dão os processos de subjetivação que são engendrados a partir do seu trabalho.	<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem: Qualitativa • Procedimentos Técnicos: Entrevistas individuais e grupais.
02	Trabalho Policial e Saúde Mental: Uma Pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar	Compreender as relações entre o trabalho dos Capitães da Brigada Militar [...] e a sua saúde mental.	<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem: Qualitativa • Procedimentos Técnicos: Pesquisa documental, acompanhamento do cotidiano de trabalho e realização de entrevistas.
03	O Processo de Trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental	Identificar como essa [a Polícia Militar] se estrutura e, sobretudo, relacioná-la com a saúde mental.	<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem: Qualitativa • Procedimentos Técnicos: Observação do processo de trabalho e a pesquisa documental, além de entrevistas individuais e coletivas
04	Produção de sentidos e fazeres sobre o trabalho de policiais militares catarinenses: um relato de experiência	Contribuir para o fortalecimento da saúde do policial militar.	<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem: Qualitativa • Procedimentos Técnicos: Observação participante, entrevistas semiestruturadas; e realização de grupos com utilização de dinâmicas grupais.
05	Saúde mental do policial brasileiro: tendências teórico metodológicas	Sistematizar as tendências teórico-metodológicas nos estudos sobre saúde mental de policiais brasileiros.	<ul style="list-style-type: none"> • Abordagem: Qualitativa • Procedimentos Técnicos: Revisão da literatura

Fonte: Elaborado pelo autor

Ao analisar os objetivos dos artigos no Quadro 4, é possível perceber que os autores apresentam a relação trabalho e sofrimento, deixando subtender – uns mais outros menos – que há fatores no ambiente, na atividade, na estruturação, na subjetividade da

profissão de PM, além de fatores indiretos. Ainda que os autores cheguem a conclusões similares, há diferentes ênfases e abordagens, como discriminado a seguir.

Os artigos serão citados nesta monografia pelo seu número correspondente, conforme descrito no Quadro 4. Em se tratando dos artigos 01 e 03 é dado ênfase à estruturação da polícia e a desumanização do policial. Trata-se do SP do policial no exercício da função com ênfase no processo de subjetivação a que são submetidos. O processo de subjetivação, apresentado pelos autores, diz respeito ao fato de que dentro da organização o policial tem seu trabalho regido pela postura autoritária inerente ao militarismo, porém exige-se uma postura comunitária, de diálogo e compreensão quando em contato com a sociedade, sendo que esta postura é frequentemente diversa daquilo que é exigido aos trabalhadores da polícia (MOREIRA et al., 1999, p. 35). Ou seja, esse paradoxo da postura do PM na organização e na sociedade é a fonte de inúmeros desdobramentos negativos, ou seja, deste paradoxo se desencadeiam outros fatores de sofrimento.

Os autores do artigo 01 destacam os modelos inglês e francês para a constituição da policial que são referência no mundo. No modelo francês, a polícia surge como instituição centralizada, agente legítimo da violência física do Estado e que possui, dentre outras, a função de manter a ordem social interna. O modelo inglês é baseado na relação entre os policiais e a sociedade, como uma espécie de polícia comunitária, que buscava legitimar sua ação social (MOREIRA et al., 1999). Ou seja, o modelo francês enfatiza o fortalecimento interno, relação entre policiais, autoritarismo, hierarquia, disciplina e uso da força, cuja função é a de trazer ordem a qualquer custo. Já o modelo inglês preocupa-se com a relação com a sociedade, sendo um agente de responsabilidade social participativa, visto como um facilitador e não como um fiscal da ordem, como no modelo francês.

Sendo assim, a polícia brasileira, hoje, consiste na junção dos dois modelos, como afirma Santos (1997, p. 160):

Poderíamos dizer que até hoje a organização policial depende da combinação desses dois modelos, o sistema francês estatal e centralizado e o sistema inglês comunitário, aliando o exercício da coerção física legal com a busca da legitimação social.

Observa-se, segundo Moreira (et al., 1999) que o trabalho policial se caracteriza principalmente pela extensão da atividade profissional a todos os âmbitos da vida do trabalhador (policial 24 horas por dia) e pela vivência concreta e cotidiana das

contradições sociais, próprias das lutas de classes. Vivem o contrassenso de serem cobrados por aplicarem uma lei – militar – que não é lei para todos.

Os autores do artigo 03, por sua vez, ressaltam que o modelo de organização da PM continua idêntico ao do exército, com seus batalhões, companhias e pelotões, entre outros aspectos, e que essa estrutura é adequada para o combate de guerra. Silva e Vieira (2008) afirmam que atividade da polícia militar é considerada como “desumana” por parte dos próprios profissionais. Eles chegam a admitir que, para exercê-la, é preciso ser uma máquina cujas capacidades humanas devem ser subtraídas.

Os autores de ambos os artigos abordaram aos desdobramentos negativos em consequência da realidade estrutural da polícia e a desumanização do policial. E neste contexto surgem os fatores causadores de sofrimento psíquico como deficitárias condições de trabalho, privação do sono, a hierarquia, as contradições de função e de identidade, a desumanização, ausência de espaço para diálogo e o fato de ainda ser policial mesmo fora do expediente.

A organização do trabalho policial e a dinâmica da violência, cadenciando novos ritmos de convivência na sociedade, são fatores que não só comprometem a economia do país, mas também afetam a saúde dos cidadãos. Esses aspectos colocam o policial militar no centro de uma conjugação de forças, exigindo dele um verdadeiro e constante combate, que também é travado com o componente de precarização do trabalho (SILVA; VIEIRA, 2008, p. 168).

O artigo 02 cita as questões organizacionais, ao afirmar que, em se tratando especificamente dos trabalhadores da Polícia Militar, às exigências do contexto de risco permanente vivido nas ruas, somam-se àquelas relacionadas à forma como o trabalho está organizado, marcado por um alto rigor prescritivo e alicerçado em um sistema de disciplina e vigilância também permanentes (SPODE; MERLO, 2006).

Os autores consideram o SP relacionado às consequências da burocracia, do excesso de trabalho, da falta de reconhecimento e, conseqüentemente da desumanização de que o militar precisa ser uma máquina capaz de executar tudo, como se não possuísse necessidades, sentimentos e cansaço.

Ao fazer o estudo com os capitães da PM, é apresentado questões ligadas à liderança e da relação hierárquica na dinâmica do trabalho. Como afirma Spode e Merlo (2006, p. 363):

Estar nesta posição de comando intermediário implica a configuração de uma série de situações nas quais as relações no trabalho exigem elaborações, arranjos, acordo etc. Assim, na articulação entre a gestão da defasagem existente entre o

prescrito e o real e as relações intersubjetivas no trabalho, emerge uma série de aspectos que podem ser tanto fonte de prazer, quanto fonte de sofrimento para esses sujeitos.

Segundo os autores, os militares são expostos à carga excessiva de trabalho, responsabilidade e autonomia. O grande número de atribuições no âmbito administrativo, sobretudo em função dos Procedimentos, faz com que, regularmente, os Capitães tenham que iniciar mais cedo ou estender o horário de trabalho para além das seis horas diárias estipuladas. Trata-se de uma responsabilidade que não cessa mesmo quando eles não estão em horário de trabalho, a qual os faz não poderem “desligar nunca”, engendrando um estado de preocupação constante (SPODE; MERLO, 2006).

É citado também o risco operacional em função da falta de condições de trabalho adequadas como um fator de pressão também neste âmbito, em função dos perigos impostos pela precariedade dos equipamentos. Além de sua própria segurança, frisa-se os efeitos desta precariedade sobre a segurança da população e dos próprios combatidos (SPODE; MERLO, 2006).

Como fator de sofrimento surge também no artigo 02 as contradições do trabalho em si. Analisar as relações que se produzem entre trabalhadores nesta instituição exige levar em consideração que estas estão sempre permeadas pela hierarquia, pela disciplina e pelos mecanismos utilizados para sua produção e manutenção. Os policiais precisam agir com rigor da disciplina, integridade, imparcialidade e sem espaço para julgamentos relativos. Assim, ao lado da objetividade e a imparcialidade conclamada institucionalmente está a implicação inevitável da subjetividade e dos valores morais daquele que julga. Ou seja, é fonte de sofrimento a exigência de julgamento imparcial sobre os policiais, demandando de alguém com valores e percepção e que inevitavelmente aplicam seus julgamentos pessoais no que deveria ser a visão imparcial da instituição, havendo aqui a necessidade de diálogo. Em suma, há aqui o sofrimento por desumanização e falta de reconhecimento do PM.

Sendo assim, Spode e Merlo (2006) concluem, afirmando que se pode dizer que o não-reconhecimento do trabalho efetivamente realizado e do empreendimento de esforços para realizá-lo com qualidade podem ser fonte de sofrimento para os Capitães.

O Artigo 04 apresenta uma análise mais abrangente dos potenciais causadores de SP, sem se ater a uma abordagem específica e associação com a estrutura, hierarquia ou violência, como os demais autores. Babolim, Becker e Guisso (2019), buscam, com sua

pesquisa, promover o autoconhecimento e autoestima dos policiais e aprimorar o trabalho em equipe como forma de minimizar os danos destes fatores de sofrimento.

A formação rígida, alta disciplina, treinamentos extremos, trazem para a postura do profissional militar uma atuação mais séria em relação ao seu trabalho. No entanto, identificam-se desgastes no desempenho de sua atuação. Isso pôde ser observado nos discursos dos profissionais, relacionados à falta de expectativa na profissão, desvalorização, atuação sob eventos com mortes e crimes. Desse modo, há a identificação de demandas voltadas ao acolhimento e suporte de dificuldades, experienciadas por esses profissionais em suas práticas diárias (BABOLIM; BECKER; GUISSO, 2019).

Dentre as causas de SP, os autores citam o alto risco da profissão, pois lida diariamente com a violência, brutalidade e morte, expondo-se frequentemente ao perigo e a agressão. É citado também o ambiente de trabalho perigoso, frequente contato com o público, longas jornadas de trabalho (em função da escala), recursos insuficientes, baixa remuneração, dificuldade na ascensão profissional, perda de colegas, perseguições e burocracia excessiva (BABOLIM; ABECKER; GUISSO, 2019).

É exigido do policial a concentração e pronta resposta efetiva na execução de suas tarefas, porém, quanto submetido a todos os fatores citados pelos autores, levando ao aumento da tensão, cansaço físico e emocional constantes, é comum a existência de prejuízos à saúde. O sofrimento psíquico pode levar os policiais a atitudes inapropriadas na execução de suas tarefas. Em função da exposição à momentos de tensão, espera-se dos policiais cautela nas ações realizadas – o que pode não acontecer quando esse profissional vivencia todo esse contexto.

No que tange à jornada de trabalho, identifica-se a existência de sobrecarga física nos policiais, devido ao peso excessivo do armamento carregado, por exemplo. É comum na rotina de trabalho do policial carregar consigo armamentos, como: duas pistolas de um quilo cada, mais um fuzil de pouco mais de três quilos, dois carregadores de um quilo, em média, cada um, acrescentando, ao seu corpo, um colete de aproximadamente um quilo, totalizando uma carga adicional de mais de cinco quilos, que a cada dois dias transportam por 24 horas (GONÇALVES; VEIGA; RODRIGUES, 2012).

A baixa remuneração recebida contribui para que os policiais militares busquem trabalhos extras, quando estão de folga, para complementar a renda familiar. A segurança particular se refere a um dos trabalhos realizados tanto em finais de semana como em dias alternados ao trabalho na corporação, reduzindo mais ainda o período de descanso e recuperação do militar. Dessa maneira, compreende-se que, são muitos os fatores que o

policial militar está exposto em seu trabalho, inclusive secundários, que contribuem diretamente em seu desgaste físico e mental, afetando o desempenho profissional e sua saúde (FERREIRA; BONFIM; AUGUSTO, 2011).

Os autores do artigo 04 concluem afirmando que muitos policiais militares são atraídos pela carreira em função da sensação de segurança reforçada pelo concurso público e ideia de ascensão profissional. No entanto, no decorrer do trabalho esses se deparam com diversos desafios como falta de reconhecimento e o enfrentamento de riscos diariamente. A ideia de ascensão de carreira acaba distante em função da própria rigidez do trabalho o que ocasiona ainda mais desânimo e sofrimento na permanência na profissão.

Espera-se que o profissional cumpra seu papel de investigar e prevenir a violência mantendo autocontrole emocional; todavia, a falta de reconhecimento e o acúmulo diário de tensão, como o risco de sofrer agressões, desesperança, revolta, injustiça por seus superiores e pela sociedade, impacta no rendimento de suas funções e na sua autoestima no desempenho das atividades exercidas (OLIVEIRA; BARDAGI, 2010).

Além disso, há de se considerar a “insalubridade emocional” que vivem em decorrência da sobrecarga de exigências, bem como os efeitos disso em sua motivação para o trabalho (MINAYO; SOUZA, 2003).

Dito isto, os autores concluem o artigo 04 afirmando que o exercício do policial está atrelado a pensar em novas e potentes estratégias de trabalho, que ampliem o olhar para a promoção e prevenção da violência. As angústias relatadas quanto ao desejo profissional e as expectativas frustradas, frente ao trabalho real e com as condições possíveis de ser desempenhado, integraram discussões importantes, as quais se constituíram como norteadores e indicativos para o disparo na saúde emocional dos profissionais (BABOLIM; ABECKER; GUISSO, 2019).

Por último, o artigo 05 traz uma revisão bibliográfica, objetivando sistematizar as tendências teórico-metodológicas nos estudos sobre saúde mental de policiais brasileiros. Diferente dos demais, os autores Castro, Rocha e Cruz (2019) não exploram apenas as causas associada ao exercício da profissão, mas entram no mérito de discutir como se comporta o sofrimento psíquico em função delas.

Segundo eles, o trabalho policial em si tende a ser considerado inerentemente estressor. Entretanto, são os estressores organizacionais que aparecem como fatores preponderantes para suscitar sintomas psiquiátricos (CASTRO; ROCHA; CRUZ, 2019)

O artigo 05 cita que há agravos à saúde mental associados à ausência de apoio de superiores e da organização, percepção de baixa qualidade do trabalho, horário de trabalho inadequado, alta demanda mental/intelectual, idade e reclamações sobre o ambiente físico de trabalho. Afirma também que estressores organizacionais apresentam maior prevalência quando associados a conflitos trabalho-família, sobrecarga de trabalho e falta de apoio da supervisão (CASTRO; ROCHA; CRUZ, 2019).

A organização do trabalho é salientada como fonte de adoecimento, sendo a carga de trabalho um fator de risco importante. A percepção de maior carga de trabalho é associada, pelos autores, à alta frequência de queixas de saúde e diagnósticos médicos, principalmente sobre distúrbios neuropsíquicos envolvendo irritação, fadiga, ansiedade, distúrbios do sono e dores de cabeça. Os policiais que podem escolher pela realização de horas extra, ou não, são menos vulneráveis a essa fonte de pressão (CASTRO; ROCHA; CRUZ, 2019).

A jornada de trabalho é extenuante e irregular e, muitas vezes, demanda do profissional a necessidade de complementação da renda por meio de trabalho externo irregular, expondo-se a riscos adicionais (CASTRO; ROCHA; CRUZ, 2019).

Prejuízos na qualidade de vida e na saúde mental, maior frequência de doenças crônicas, uso regular de medicamentos e menos atividades de lazer, são encontrados em policiais com mais de dez anos de profissão, de acordo com o artigo 05, fato demonstrado pela correlação significativa entre deterioração na qualidade de vida e número elevado de distúrbios na saúde mental (CASTRO; ROCHA; CRUZ, 2019).

O cansaço físico e a falta de equilíbrio emocional do policial potencializam o manejo inadequado de eventos críticos, expondo pessoas a perigos. Em consequência, os excessos no uso da força, que culminam na violência, são decorrência da incapacidade do policial em gerir os eventos estressores com suficiente nível de segurança, o que depende fundamentalmente da sua saúde mental (CASTRO; ROCHA; CRUZ, 2019).

Ou seja, existem uma série de fatores causadores de sofrimento que levam ao cansaço e desequilíbrio mental. Por sua vez o policial no estado de sofrimento tem dificuldade de reagir razoavelmente às situações, além de não conseguir superar os agentes de sofrimento, gerando uma série de problemas associado a uso excessivo da força, julgamentos equivocados, falhas técnicas, incidentes e até acidentes. E esse ciclo vai se repetindo e se agravando ao longo do tempo, sem a falta de suporte, correção e ajuda necessária ao policial e onde muitas vezes a sociedade paga com vidas pela imprudência deste militar.

Características operacionais do trabalho policial geram consequências letais, tendo em vista que a incidência de policiais civis e militares mortos e feridos durante as folgas é superior aos dos policiais em serviço. Numa amostra de 147 óbitos de policiais entre os anos de 1998 e 2004, as mortes no período de folga ocorreram em 120 casos. No caso do policial militar do Rio de Janeiro, a ocorrência de mortalidade por violência chega a ser 7,2 vezes maior que a da população geral do município e 13,34 vezes a taxa da população geral do País (SOUZA; MINAYO, 2005).

O porte de arma é outro fator de risco ocupacional no contexto policial e pode contribuir para a alta incidência de mortalidade. Consta-se que, mesmo fora do serviço, os policiais revelam que podem e devem agir em situações de violência, em função da crença de que são policiais 24 horas por dia (SPODE; MERLO, 2006). A exposição aos riscos ambientais, somados à precarização do trabalho e o baixo controle e prevenção de doenças ocupacionais, resultam em danos à saúde dos policiais, dentre os quais, o alcoolismo, depressão, os transtornos de estresse e o comportamento suicida (OLIVEIRA; SANTOS, 2010).

Os cinco artigos concluem que problemas apresentados por policiais possam ser atribuídos não somente a questões individuais, mas também conjunturais. Conclui também que a presença de diagnósticos de transtornos mentais nos policiais evidencia a necessidade de maior atenção às condições de trabalho, que constituem variáveis de contexto preditoras de morbidade ocupacional (CASTRO; ROCHA; CRUZ, 2019).

Todos os artigos fizeram referência ao chamado “policial total”, ou seja, o fato de que o militar nunca deixar de ser policial mesmo que de folga, em seus lares e sem a farda. Por nunca conseguirem se desvencilhar da função, os PMs carregam consigo 24h a responsabilidade, o risco, o estado de alerta, o senso de dever e muitos dos fatores disparadores de sofrimento psíquico. Além disso, muitos precisam portar suas armas, como se estivessem de serviço, nos momentos de lazer.

Cabe citar que, no Brasil, 75% das mortes policiais em 2019 aconteceram quando estes militares estavam fora de serviço, segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. Isso implica dizer que é na hora da folga que o policial corre mais risco, portanto, é praticamente inexistente um momento em que o PM consiga um descanso da profissão. Também é em momentos de descanso que, sob tensão – e as vezes sob efeito de álcool, por exemplo – que policiais abusam de sua força e do uso de suas armas, travestidos de senso de dever e autoridade para cometer falhas, acidentes e até óbitos.

Por todas estas razões apresentadas, é ressaltado pelos cinco artigos a importância da criação de políticas públicas com vistas à prevenção e promoção da saúde desses trabalhadores a fim de minimizar o SP em decorrência do exercício da profissão. É preciso que haja espaço para expressão, diálogo e tratamento destes profissionais.

Através da análise dos trabalhos se pode perceber a complexidade e profundidade existente neste tema. As diferentes abordagens demonstram que o problema tem várias frentes, podendo-se fazer uma grande malha de interrelação entre os diversos fatores.

O Quadro 5 apresenta a visão geral dos artigos, mostrando de forma sinóptica como os artigos foram construídos.

Quadro 5 - Visão geral dos artigos

Nº	Abordagem	Foco	Subjetivação	Violência
01	Estrutura organizacional	Paradoxo entre o policial autoritário e o comunitário	Citado consequência da exigência paradoxal	Não leva em consideração a violência
02	Organização do trabalho	Burocracia, sobrecarga e falta de reconhecimento	Citada pela sobrecarga de trabalho	Apresentada como causador indireto de sofrimento
03	Estrutura organizacional	Estruturação da PM como força de guerra	Citado pela exigência de pronta resposta e decisões frias.	Traz o uso da violência por parte dos PMs
04	Generalista	Diversos fatores de sofrimento inerente à profissão	Citado pela exigência de ações cautelosas.	Apresenta como fator de sofrimento
05	Generalista	Causas e consequências do SP	Cita-se a consequência da subjetivação, como o uso excessivo de força	Causadora de sofrimento e o consequente uso da violência pelos PM

Fonte: Elaborado pelo autor

A primeira coluna do Quadro 5 indica a numeração associada a cada artigo e que equivale à mesma dos Quadros 3 e 4. A coluna da abordagem apresenta o tema central do artigo, sendo ele o principal fator associado à saúde mental e/ou a base para que se desenvolvam os outros fatores de sofrimento. O foco, diz respeito ao aprofundamento dessa abordagem, ou seja, de maneira mais pontual e precisa, onde está o centro da discussão. A coluna da subjetivação apresenta os trabalhos que consideraram a subjetivação do PM, entendida como a desumanização ou a exigência sobre-humana para o trabalho, como fator de sofrimento e como ela é apresentada. A coluna da violência apresenta os trabalhos que citaram a violência como um fator relevante, contextual ou até diretamente ligado à saúde mental.

Quanto às abordagens temáticas, percebe-se que os autores 01 e 03 buscam a raiz do problema, ao tratar da forma como a PM foi constituída no país, sendo a consequência desta construção o surgimento de muitos outros fatores que levam às questões de saúde mental. O artigo 02 trata da estrutura, mas atentando à execução de trabalho, ou seja, associa o SP ao meio, à realidade do trabalho de fato. Os artigos 04 e 05 associam o sofrimento psíquico às relações de trabalho, ao ambiente, além de fatores indiretos.

A dessemelhança de abordagem traz a percepção de que as questões ligadas à saúde mental começam a surgir desde a forma como a PM foi concebida no Brasil; se estendem por como essa estrutura se perpetua e como a hierarquia e disciplina agravam; e continua em todas as atividades ligadas direta ou indiretamente ao trabalho policial, inclusive da relação com a sociedade, violência e crime.

É unânime a preocupação com a subjetivação no sentido de tratar o PM como máquina, exigindo excesso de trabalho e jornadas; exigindo do mesmo profissional duas posturas, frieza, pronta-resposta, cautela; e não havendo suporte necessário para cuidado de sua saúde mental.

Percebe-se que a violência, ainda que não citada, ou é considerada um fator de sofrimento ou desencadeia outros fatores, visto que todos os autores apontam o constante estado de alerta, a tensão e o risco em que se encontra o PM. Isso implica dizer que, se o Brasil não possuísse tão elevados índices de violências muitos fatores seriam atenuados como sobrecarga de trabalho, a sensação de risco, a constante tensão, o uso da força, a atuação da polícia como uma força de guerra e até mesmo a relação – muitas vezes tensa – com a sociedade.

São inúmeras as questões associadas à saúde mental e, conseqüentemente, o sofrimento psíquico dos PMs apresentadas pelos autores, cabendo aqui destacar as

principais e mais comumente citadas pelos artigos em ordem decrescente de citação, ou seja, do mais ao menos citado pelos autores. Os fatores que podem levar ao SP que aparecem com maior relevância nos trabalhos são os seguintes dispostos no Quadro 6:

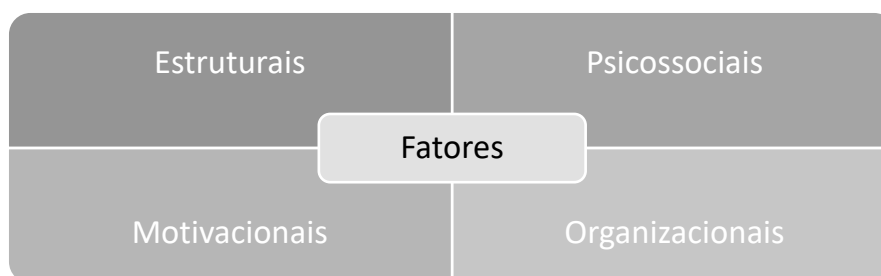
Quadro 6 - Fatores que podem levar ao SP

Classificação	Fator associado de sofrimento psíquico
1°	Estrutura: Hierarquia, Disciplina, Militarização e Violência Policial
2°	Policial 24h
3°	Desumanização
4°	Excessivas Jornadas de Trabalho
5°	Violência, risco, brutalidade e perseguição
6°	Baixa remuneração
7°	Falta de reconhecimento
8°	Insalubridade / desequilíbrio emocional
9°	Burocracia excessiva
10°	Equipamentos Precários
11°	Falta de expectativa na carreira
12°	desvalorização
13°	Relação com a sociedade
14°	Recursos insuficientes
15°	Dificuldade de ascensão profissional

Fonte: Elaborado pelo autor

Os quinze principais fatores citados podem ser agrupados em quatro categorias distintas, sendo elas ilustradas na Figura 2 a seguir.

Figura 2 - Categorização dos fatores associados ao SP



Fonte: Elaborado pelo autor

Esta categorização ilustra a realidade multifacetada do sofrimento psíquico que atinge diferentes esferas ligadas à profissão militar.

Os fatores estruturais, dizem respeito à forma como a PM brasileira é estruturada, sendo este o indubitavelmente mais referenciado pelos autores. E desta estruturação se desencadeiam subfatores como hierarquia, disciplina, a polícia de guerra (militarização) e o autoritarismo, com uso da violência pelos policiais, institucionalizado.

Em se tratando dos fatores psicossociais, tem-se o policial que nunca deixa de estar em serviço (Policial 24h); a desumanização do PM e subjetivação do trabalho; a insalubridade e desequilíbrio emocional, inclusive associada à perda de colegas; e a relação com a sociedade, onde há o maior sintoma da contradição entre o PM autoritário e o PM comunitário, entre ser violento e ser um facilitador. É fator social também a violência existente, o risco que esse ambiente proporciona, a brutalidade das ações feitas e sofridas, além da perseguição destes profissionais.

Há também fatores motivacionais, que, neste caso, são fontes de desmotivação para continuarem trabalhando, como a baixa remuneração, falta de reconhecimento profissional, falta de expectativa de crescimento na carreira e desvalorização interna, social e até autodesvalorização.

Finalmente, tem-se os fatores organizacionais, ou seja, aqueles ligados à organização do trabalho, onde versa-se sobre excessivas jornadas de trabalho, burocracia excessiva, equipamentos precários, recursos insuficientes e dificuldade de ascensão profissional. Este último, diferente da falta de expectativa de crescimento na carreira, não trata da percepção do policial, mas da definição do sistema de promoção na carreira militar, sendo a ascensão hierárquica lenta e difícil.

Nota-se quantas frentes de trabalho são necessárias para combater os problemas enfrentados pelos policiais militares brasileiros quando se trata de saúde mental. Além disso, quão grande é o desafio da ciência e quão multidisciplinar é esta realidade.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A principal reflexão a ser levantada é a necessidade de se explorar em quantidade e profundidade os temas de saúde mental relacionados aos policiais, especialmente aqueles acerca do sofrimento psíquico, dada a heterogeneidade de causas, consequências, fatores e realidades existentes no Brasil.

É preciso dar atenção ao preocupante quadro de saúde mental da PM brasileira. É preciso demonstrar a necessidade de políticas públicas efetivas, constantes e urgentes, apresentar planos de ação de fortalecimento, de recuperação e prevenção de danos mentais a que se submetem os PMs a todo momento.

Não basta apenas fornecer bons equipamentos, visto que os danos mentais, em muitos policiais, já se acumulam por anos e a troca de equipamentos, apesar de melhorar as condições de trabalho, não trata os prejuízos já estabelecidos. É preciso atuar na organização do trabalho, com iniciativas de reconhecimento e reorganização das horas e tarefas; é importante reformar a estrutura policial; e dar todo o suporte psicológico para estes militares de maneira intensa e eficaz a fim de tratar o sofrimento já existente, prevenir novos adoecimentos e fortalecer profissionais que executam a segunda profissão mais insalubre existente.

Acima de tudo, não apenas as instituições, mas a sociedade precisa reconhecer que o militar é, antes de tudo, um civil, portanto, tem necessidades, demandas, fraquezas e está susceptível à adoecimento mental tanto quanto qualquer outro ser humano. Porém, diferente da maioria, é um dos profissionais mais expostos a danos, como se máquinas fossem. Por tal razão, esta lacuna entre a humanidade e desumanização do PM precisa ser discutida a fim de que esta relação, que é a raiz de muitos dos sofrimentos, seja minimizada.

Cabe-se dizer que a maior parte destes problemas não existiriam ou seriam pontuais caso o Brasil não estivesse mergulhado em profunda violência. E sabendo-se que a violência é um fator de sofrimento constante em todos os brasileiros, mais do que dar suporte aos militares, é preciso que haja o interesse de combatê-la por partes dos poderes e instituições atuantes no país. Vale salientar que talvez seja inconsistente que um policial na rua consiga vencer um fenômeno que a educação, a saúde, os impostos, a política, as leis, a cultura e a família não foram capazes de vencer.

É ingênuo acreditar que o policial é um herói capaz de salvar a sociedade da violência sem causá-la, sem sofrer e sem perder a batalha. Enquanto esta visão existir,

haverá mais policiais adoecendo e morrendo, acreditando que são mesmo “super-humanos”, na verdade seria interessante a compreensão de que o PM tivesse ciência de que afetam e são afetados em sua subjetividade por múltiplas dimensões, pois são homens como qualquer outro, mas com a responsabilidades que poucos têm e por isso precisam de suporte, apoio e reconhecimento.

Entende-se que este trabalho logrou seu objetivo de destacar os fatores de sofrimento mental, porém, espera-se que desta pesquisa sejam fomentados novos estudos, dada a carência de abordagem do tema.

REFERÊNCIAS

ACCARDO, É. M. **As relações entre conflito trabalho-família, bem-estar subjetivo e bem-estar no trabalho**. Dissertação de mestrado da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, 2013.

ANDRADE, E.R.; SOUSA E.R.; MYNAIO E.C.S. Intervenção visando a autoestima e qualidade de vida dos policiais civis do Rio de Janeiro. **Ciênc. Saúde Colet.** 2009; 14:275-85.

FORUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário brasileiro de segurança pública 2019**. ano 13, 2019. Disponível em: <<http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2019/09/Anuario-2019-FINAL-v3.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2020.

ARENDT, H. (2001). **A condição humana**. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária.

AUSTIN-KETCH, T. L. et al. Addictions and the Criminal Justice System, What Happens on the Other Side? Post-traumatic Stress Symptoms and Cortisol Measures in a Police Cohort. **JAddictNurs**, 2012.

BABOLIM, D. A.; BECKER, A. P. S.; GUISSO, L. Produção de sentidos e fazeres sobre o trabalho de policiais militares catarinenses: um relato de experiência. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**, v. 39, n. 96, p. 69-80, 2019.

BOTELHO, L. L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais. **Gestão e Sociedade**, Belo Horizonte, v.5, n. 11, p. 121-136, 2011.

BRASIL. Pesquisa CNI – IBOPE: **Retratos da sociedade brasileira: segurança pública**. Brasília: CNI, 2011.

BRASIL, 1988. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/CON1988_05.10.1988/art_144_.asp>. Acesso em: 08 mar. 2020.

BRASIL, Ministério da Saúde. Representante no Brasil da OPAS/OMS. **Doenças relacionadas ao trabalho: manual de procedimentos para os serviços de saúde**. Dias E. C. et al. (Org). Brasília, DF, 2001.

BONEZ, A.; MORO, E. D.; SEHNEM, S. B. Saúde mental de agentes penitenciários de um presídio catarinense. **Psicol. Argum.**, Curitiba, v. 31, n. 74, p. 507-517, jul./set. 2013.

CARVALHO, E. **Curiosidades sobre o cargo de Agente Penitenciário**, 2013. Disponível em: <<http://sindicato-grupo-penitenciario-amapa.blogspot.com.br/2013/10/curiosidades-sobre-o-cargo-de-agente.html>>. Acesso em: 06 mar. 2020.

CASTRO, M. C.; ROCHA, R.; CRUZ, R. Saúde mental do policial brasileiro: tendências teórico metodológicas. **Revista Psicologia, Saúde & Doenças**, 20 (2), 525-541, 2019.

CERQUEIRA, Daniel et al. atlas da violência. Fórum brasileiro de segurança pública. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8398/1/Atlas%20da%20viol%20c3%a3ncia_2018.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2020.

CHANLAT, J. F. **O desafio da gestão**: a contribuição das ciências sociais. In: BENDASSOLLI, P. F.; SOBOLL, L. A. (Org.). **Clínicas do trabalho**. São Paulo: Altas, 2011. p. 110-131.

DELCOR, N. S. et al. Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 187-96, 2004.

FRANÇA, M. A. **Sociabilidade Violenta e Regulação da Violência no Brasil**: Estudo sobre a especificidade da violência urbana brasileira. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 2015. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pernambuco. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/16930/1/TESE%20-%2000%20final_dep%20b3sito_BC_MarcioAbreu%20%28Vers%20a3o%20digital%29.pdf>. Acesso em: 07 mar. 2020.

FERREIRA, D. K. S. **Condições de saúde, de trabalho e modos de vida de policiais militares: estudo de caso na cidade do Recife-PE**. 2009. 202 f. Tese (Doutorado em Saúde Pública) – Centro de Pesquisas Ageu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz, Recife. 2009.

FERREIRA, D. K. S. et. al. Condições de trabalho e morbidade referida de policiais Militares, Recife-PE, Brasil. **Saúde Soc.** v.21, n.4. p. 989-1000, 2012.

FERREIRA, D. K. S.; BONFIM, C.; AUGUSTO, L. G. S. Fatores associados ao estilo de vida de policiais militares. **Ciência & Saúde Coletiva**, 16(8), 3403-3412, 2011.

FERREIRA, L. B. **Mesmo com o sacrifício da própria vida: vivências de prazer e sofrimento no trabalho entre Policiais Militares do DF.** 2016. 148 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós- Graduação em Administração da Universidade de Brasília, Universidade de Brasília - UNB, Brasília, 2016. Disponível em: <http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/20833/1/2016_LeonardoBorgesFerreira.pdf> . Acesso em: 10 mar. 2020.

FISCHER, F.M. Relevância dos fatores psicossociais do trabalho na saúde do trabalhador. *Rev. Saúde Públ.* v.46, n.3. 2012. p. 401-406.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila. França, A.C.L. & Rodrigues, A.L. **Stress e trabalho: guia prático com abordagem psicossomática.** São Paulo: Atlas, 1997.

GONÇALVES, H. C. B.; QUEIROZ, M. R.; DELGADO, P. G. G. Violência urbana e saúde mental: desafios de uma nova agenda? **Revista de Psicologia**, v. 29, n. 1, p. 17-23, jan.-abr. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/5114/4965>>. Acesso em: 06 mar. 2020.

GONÇALVES, S. J. C.; VEIGA, A. J. S.; RODRIGUES, L. M. S. Qualidade de Vida dos Policiais Militares que atuam na Área da 2ª CIA do 10º Batalhão Militar. **Revista Fluminense de Extensão Universitária**, 2(2), 53-76, 2012.

HERRMAN, H. et al. Introduction: Promoting Mental Health as a Public Health Priority. H. Herrman, S. Saxena, & R. Moodie (Eds.) **Promoting Mental Health: concepts, emerging evidence, practice.** Geneva, 2004.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GUIMARÃES, L. A. M.; GRUBITS, S. Saúde mental e trabalho. São Paulo: Casa do Psicólogo. v. III, 2004.

INÁCIO, M. J.; ADAILMA, A. S.; ISADORA, S. **Vivências de prazer e sofrimento: quando a atuação do policial militar afeta sua saúde mental.** Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) do Curso de Formação de Praças do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM. Jataí-GO, 2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Atlas da Violência: Brasil registra mais de 65 mil homicídios em 2017**. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34786&catid=9&Itemid=8>. Acesso em: 05 ago. 2019.

KRUG, E. G. et al. (Org.). **Relatório mundial sobre violência e saúde**. Genebra: Organização Mundial da Saúde, 2002.

LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. ChistopheDejours: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. Editora Fiocruz. Brasília, 2004.

LEAL, M. L. J.; BORTOLI, R. Qualidade de Vida em Policiais Militares. EFDeportes.com, **Revista Digital**. Buenos Aires, v. 16, nº. 164, 2012. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd164/qualidade-de-vida-em-policiais-militares.htm>>. Acesso em: 17 out. 2019.

MACHADO, J. M.; ROCHA, G. V. M. Stress no trabalho policial: uma análise das estratégias de enfrentamento. **Tuiuti: Ciência e Cultura**, nº 51, 2015; 171-190. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Giovana_Rocha/publication/319782973_Stress_no_trabalho_policial_uma_analise_das_estrategias_de_enfrentamento/links/59bc4b9ea6fdcca8e5624d2e/Stress-no-trabalho-policial-uma-analise-dasestrategias-de-enfrentamento.pdf>. Acesso em: 06 mar. 2020.

SILVA, L. A. M. Sociabilidade violenta: por uma interpretação da criminalidade contemporânea no Brasil urbano. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 19, n. 1, p. 53-84, jan./jun. 2004.

MANSO, B. P.; DIAS, C. N. **A guerra** – A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. 2. ed. São Paulo: Todavia, 2018.

MARTINEZ, M. C.; FISCHER, F. M. Fatores psicossociais no trabalho hospitalar: situações vivenciadas para desgaste no trabalho e desequilíbrio entre esforço e recompensa. **Revista Brasileira de Saúde Ocupacional**, n. 49 p. 12. São Paulo, 2019.

MENDES, A. M. Da psicodinâmica à psicopatologia do Trabalho (Capítulo 1). Novas Formas de organização do trabalho, ação dos trabalhadores e patologias sociais (Capítulo 2). Pesquisa em Psicodinâmica: a clínica do trabalho. In: MENDES, Ana magnólia. (Org.) **Psicodinâmica do Trabalho: teoria, método e pesquisas**. Coleção Trabalho Humano. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007. p. 29-88.

MENDES, A. M.; FERREIRA, M. C. Inventário sobre trabalho e riscos de adoecimento ITRA: instrumento auxiliar de diagnóstico de indicadores críticos no trabalho. In: MENDES, A. M. (Org.). **Psicodinâmica do trabalho: teoria, métodos e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2007. p. 111-126.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. São Paulo: Hucitec, 1993.

MINAYO, M. C. S. et al. Impacto das atividades profissionais na saúde física e mental dos policiais civis e militares do Rio de Janeiro. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.16, n.4. p. 2199-2209. Rio de Janeiro, 2011.

MINAYO, M. C. S.; SOUZA, E. R. **Missão investigar – entre o ideal e a realidade de ser policial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MOREIRA, F. H. et al. De elemento a cidadão: transformações no cotidiano do trabalho do policial militar. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, 2 (1), 25-38, 1999.

NICOLAU, A. A. Ensaio sobre o sofrimento psicológico de policiais. **FGR em revista**, Belo Horizonte, 2009; 3(4): 45-57. Disponível em: <http://www.fgr.org.br/2008/revistas/revista_4edicao.pdf#page=45>. Acesso em: 03 mar. 2020.

ODALIA, Nilo. **O que é violência**. Primeiros passos. Coleção 85. Brasília: Brasiliense, 1985. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-PT&lr=&id=MmkvDwAAQBAJ&oi=fnd&pg=PT4&dq=VIOLENCIA&ots=-HOIEqbwZY&sig=akFl3sqVgR1YXZNoTwtejflNNGLE#v=onepage&q=VIOLENCIA&f=false>>. Acesso em: 02 mar. 2020.

OLIVEIRA, P. L. M.; BARDAGI, M. P. Estresse e comprometimento com a carreira em policiais militares. **Boletim de Psicologia**, 59 (131), 153-166.

OLIVEIRA, K. L.; SANTOS, L. M. Percepção da saúde mental em policiais militares da força tática e de rua. **Sociologias**. Ano.12, n.25. 2010. p. 224-250.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Relatório Mundial da Saúde**. Saúde Mental: Nova concepção, nova esperança. Lisboa: Direção-Geral da Saúde. 2002. Disponível em <http://www.who.int/whr/2001/en/whr01_djmessage_po.pdf>. Acesso em: 12 out. 2019.

PERES, M. F. T.; RUOTTI, C. Violência urbana e saúde. **Revista USP**. São Paulo, n. 107, p. 65-78, outubro/novembro/dezembro 2015.

PINTO, R. J. M. **Trabalho e identidade**: o que faço construindo o eu sou. Dissertação de Mestrado. Instituto de Psicologia. Universidade de Brasília. Brasília – DF, 2000.

PIVA, Luciana. **Trabalho e sofrimento psíquico**: um estudo de caso com Policiais Militares. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Faculdade de Ciências e Letras da UNESP de Assis/SP, Assis, 2005.

PORTELA, A.; BUGHAY FILHO, A. Nível de estresse de policiais militares: comparativo entre sedentários e praticantes de atividade física. **Revista Digital**, Buenos Aires, ano 11, n. 106, 2007.

PRODANOV, Cleber C.; FREITAS, Ernani C. **Metodologia do trabalho científico**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

RAJARATNAM, S. M. et al. Harvard Work Hours, Health and Safety Group. Sleep disorders, health, and safety in police officers. **JAMA**, 2011; 306:2567-78.

ROCHA, Sandra Regina Ayres. **“O pior é não ter mais uma profissão, bate uma tristeza profunda”**: sofrimento, distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho e depressão em bancários. 2003. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Psicologia, Universidade de Brasília, Brasília, 2003. Disponível em: <<http://lpct.com.br/wp-content/uploads/2012/11/26-Rocha-Bancários.pdf>>. Acesso em: 06 mar. 2020.

SADOCK, B. J.; SADOCK, V. A. **Compêndio de Psiquiatria: Ciência do Comportamento e Psiquiatria Clínica**. (9. ed.). Porto Alegre: Artmed, 2017.

SANTOS, J. R. R. **O fenômeno da prisionização em agentes penitenciários do estado do Paraná**. Monografia de Especialização em Gestão Penitenciária, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007. Disponível em: <http://www.depen.pr.gov.br/arquivos/File/JOSE_%20ROBERTO_%20SANTOS2007.pdf>. Acesso em: 10 out. 2019.

SANTOS, J. V. T. A arma e a flor: formação da organização policial, consenso violência. **Tempo Social**, 9 (1), 155-167, 1997.

SARTORI, L. F. **Avaliação de burnout em policiais militares: A relação entre o trabalho e o sofrimento.** 2006. Dissertação (Mestrado em Administração) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina.

SILVA, B. C. R. **Suicídio na Polícia Militar do Paraná no período de 2013 a 2016: estudo sobre os fatores de risco na profissão Policial Militar.** Trabalho de Conclusão de Curso em Formação de Oficiais Policiais Militares. Academia Policial Militar do Guatapê. Guatapê, 2018.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. L. S. **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação.** 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 2001.

SILVA, J. H. R. **Estudo sobre o trabalho do policial e suas implicações na saúde mental.** Paraná: Academia Policial Militar do Guatupê, 2018. Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

SILVA, L. A. M. **Vida Sob Cerco: Violência e Rotina nas Favelas do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SILVA, M. B.; VIEIRA, S. B. O Processo de Trabalho do Militar Estadual e a Saúde Mental. **Revista Saúde Soc. São Paulo**, v.17, n. 4, p. 161-170, 2008.

SILVEIRA, D. T.; CÓDOVA, F. P. A pesquisa científica. In: Gerhardt, TE. & Silveira, DT. (Org.). **Métodos de Pesquisa.** Porto Alegre: Editora de UFRGS, 2009.

SILVEIRA, L.C.; FEITOSA, R. M. M; PALÁCIO, P. D. B. A escuta do sofrimento psíquico relacionado ao trabalho: contribuições da psicanálise para o cuidado em saúde. **Psicologia em Revista**, Belo Horizonte, 2014; 20(1): 19-33. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/psicologiaemrevista/article/view/P.1678-9523.2014v20n1p19/7144>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

SPODE, C. B.; MERLO, Á. R. C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 19(3), 362-370, 2006.

SONNENTAG, S. Performance, well-being and self-regulation. In S. Sonnentag (Ed.). *Psychological management of individual performance*, p. 405–425. Chichester, UK: John Wiley & Sons, 2002.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. Policial, risco como profissão: Morbimortalidade vinculada ao trabalho. **Ciência & Saúde Coletiva**, 10(4),917-928, 2005. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232005000400015>>. Acesso em 09 out. 2019.

SOUZA, R. S.; MINAYO, M. C. S. Segurança pública num país violento. **Caderno de saúde pública**, 08 mar. 2017. Disponível em: <https://www.scielo.org/article/ssm/content/raw/?resource_ssm_path=/media/assets/csp/v33n3/1678-4464-csp-33-03-e00036217.pdf>. Acesso em 10 out. 2019.

SOUZA, I. C. B. et al. O Perfil Sociodemográfico, Acadêmico e Laboral do Agente de Segurança Prisional de Catalão – GO. In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 4. SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E COMUNICAÇÃO, 6. 2015. Aracaju. **Atas...** Aracaju: Universidade Tiradentes, 2015.

SPODE, C. B.; MERLO A.R.C. Trabalho policial e saúde mental: uma pesquisa junto aos capitães da polícia militar. **Psicol. Reflex. Crit.** 2006; 19:362-70.

TEIXEIRA, J.R.B. et al. Associação entre aspectos psicossociais do trabalho e qualidade de vida de mototaxistas. *Cad. Saúde Pública*, v.31, n.1. p. 97-110. Rio de Janeiro, 2015.

UNODC. **Global Study on Homicide 2019**. Vienna, 2019. Disponível em: <<https://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/gsh/Booklet2.pdf>>. Acesso em: 08 MAR 2020.

VELOSO, T. M. C.; SOUZA M. C. B. M. Concepções de profissionais da estratégia saúde da família sobre saúde mental. *Ver. Gaúcha Enferm.*, 2013. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-14472013000100010&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 out. 2019.

WHO – WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Strengthening mental health promotion**. Geneva, 2001. Disponível em: <<http://www.who.int/mediacentre/factsheets/fs220/en/>>. Acesso em: 03 mar. 2020.

_____. **Hidden Cities: Unmasking and Overcoming Health Inequities in Urban Settings**. Geneva, WHO, 2010.